



José Gabriel Ávila \*

# Os novos corsários

1. Não vão fáceis os tempos para os responsáveis dos poderes públicos.

Governantes, partidos da oposição, associações patronais, instituições sindicais e de classe, organismos de saúde, educativos, culturais, desportivos e mesmo alguns particulares, criados para satisfazer interesses privados ou de grupo, para responder a anseios e interesses das populações, dificilmente esquecem as suas ambições em favor do bem comum.

Dirão que esta é a dialética democrática, o preço da liberdade e o direito à opinião, bens preciosos que continuamente perseguimos e acautelamos para que uma sociedade plural progrida em concórdia.

Num ambiente tranquilo, em que tudo corre normalmente, os problemas e os conflitos, por maiores que sejam, conseguem dirimir-se e as soluções são mais fáceis.

Quando a vida das populações se altera, por razões externas imprevistas, logo um coro de críticas se ergue a condenar a ausência de decisão que teria evitado os problemas.

Vivemos num tempo desses, em que a natureza mais uma vez põe a nu as fragilidades da má ocupação do território, fruto de decisões imprudentes, tomadas sem acautelar as investidas resultantes das alterações climáticas provocadas pelo efeito estufa.

Aos nossos olhos, a imagem do Continente parece que foi inundado pelas águas do Atlântico, numa paisagem desoladora que confrange, ao constatar-se que o território parece engolida por chuvas diluvianas que não cessam.

Por aqui, habituados aos tormentos das ventanias, das chuvas e às investidas do mar, esperamos que, quem de direito, tenha tido o máximo cuidado nas decisões sobre a ocupação do território, para que a natureza não nos caia em cima e penalize as imprevidências tomadas, muitas vezes, para responder a interesses duvidosos cujas contrapartidas, mais cedo ou mais tarde, pesarão nos orçamentos públicos.

Coragem, discernimento, ousadia e isenção é o que se exige a quem nos governa.

A defesa do bem comum e da justiça, encontra a cada passo simulacros de investimentos que, parecendo necessários e benéficos se revelam desastrosos, porque não houve o discernimento e a coragem para os evitar.

2. O processo de privatização da SATA, de que discordo, conheceu nos últimos dias desenvolvimentos com a divulgação das conclusões preliminares da Comissão de Acompanhamento da Proposta apresentada pelo consórcio Newtour/MS Aviation.

A rejeição da proposta de compra da Azores Airlines, foi explicada esta semana no Telejornal da RTP-A pelo Presidente da companhia.

Tiago Santos, afirmou que “a proposta não serve os interesses da companhia, nem da Região”. E explicou as propostas rejeitadas:

1. O preço da compra seria pago à Sata-Holding, mas dependendo de um conjunto de evoluções financeiras no pós-privatização. Seria um preço não garantido e não fechado; 2. Haveria uma injeção de zero euros para a capitalização da empresa; 3. Todos os trabalhadores não-voos ficariam ligados à SATA-holding e só depois, alguns seriam escolhidos; 4. A SATA-holding teria de fazer face aos custos de manutenção futuros das aeronaves, sem qualquer limite, mesmo quando é o gestor a fazer a gestão direta.

Perante estas propostas, qualquer açoriano que, como contribuinte, é também “dono” da SATA – a mais antiga empresa de navegação aérea do nosso país, criada por empresários açorianos – sentir-se-á atingido na sua dignidade.

A SATA, e qualquer das empresas da holding, fazem parte da nossa vida, da nossa identidade. É parceira indispensável e relevante na mobilidade insular e na atividade económica açoriana. É a maior e mais importante empregadora privada do arquipélago, não só pelo número de trabalhadores, mas sobretudo pela diversidade de serviços que dinamiza, mas pela tecnologia que a envolve. Não pode a sua privatização, sujeitar-se a interesses exclusivamente privados, pois, de um momento para o outro, por vontade do acionista maioritário muda de rumo, e quebra compromissos assumidos.

A Região tem exemplos recentes da privatização de uma instituição financeira que, de um momento para o outro, mudou a sua sede de Ponta Delgada, perdeu o nome e no passado não muito tempo faliu, lesando milhares

de depositantes num processo que se arrasta indefinidamente.

É caso para dizer que foram-se os anéis e perderam-se também os dedos.

Aos poucos o tecido económico açoriano que há um século conheceu um importante dinamismo económico e empresarial nas produções da laranja, do vinho, do ananás, do chá, do linho, da beterraba e da chicória, da espadana, do tabaco, do trigo, do milho, do leite, da carne e da batata, da cerveja e dos refrigerantes, acompanhadas das respetivas indústrias transformadoras algumas das quais ainda se mantêm; a que se juntou nas pescas, a caça à baleia em todas as ilhas, a pesca do atum com a sua numerosa frota construída localmente e respetivas fábricas cujo produto, durante décadas se tornou no nosso mais importante setor de exportação. Complementares a estas atividades económicas foram criadas várias empresas de navegação marítima de carga e de passageiros, a maior das quais foi a “Carregadores Açorianos”, bem como a SATA – primeira empresa portuguesa de transporte aéreo. No setor financeiro o empresariado açoriano criou sociedades do setor financeiro e dos seguros, como o Banco Micaelense/Banco Comercial dos Açores, Caixas Económicas e a Companhia de Seguros Açoriana, e outras grandes e pequenas empresas do setor comercial e turístico de que relevam os investimentos do grupo Bensaúde.

O espírito empreendedor de pequenos e grandes empresários ainda hoje é relevante. De tal sorte que, mobilizados e agrupados no objetivo de servir e promover o desenvolvimento do arquipélago, poderiam responder, positivamente, à privatização da SATA, como aconteceu nos anos 40 do século passado. Ainda se vai a tempo de os mais audaciosos tomarem a dianteira e protagonizarem uma proposta de compra da Azores Airlines para que continue sedada nos Açores como fator de desenvolvimento, e não tome destinos externos.

O liberalismo económico que grassa por aí e é regra incorrigível na União Europeia, fazendo perigar a nossa pequena economia e os investimentos nos mais recentes setores de atividade e até do nosso parque habitacional.

Os perigos que corre uma pequena economia aberta são motivo suficiente para as entidades defensoras das nossas ilhas estarem de sobreaviso. Hoje como ontem, vagueiam por aí novos e requintados “corsários”, cujo mister é aproveitarem-se das vantagens comparativas que estas pequenas e pacíficas ilhas do Atlântico Norte têm para oferecer.

Não nos deixemos levar por falsos investidores que de mecenas e de benfeitores nada têm. O seu único e principal objetivo é chupar-nos até ao tutano e desaparecer, sem deixar rasto, enquanto o diabo esfrega um olho. Os exemplos estão à vista de todos...

